

Contas do Governo vão ficar mais transparentes

19 JUN 1986 *Orçamento*

CORREIO BRAZILIENSE

O Governo está preparando um novo modelo orçamentário que dará ao Congresso Nacional o poder de autorizar, fiscalizar e controlar as contas governamentais, tornando-as mais transparentes e consolidadas. A idéia é compatibilizar os dois orçamentos atuais (fiscal/monetário e das estatais) em um novo Orçamento do Setor Público Federal onde todas as despesas e receitas do Governo estariam explicitadas. Desse modo, o Governo e a sociedade terão a verdadeira dimensão do déficit público e os limites de recursos para as despesas do Governo, acabando com as "contas em aberto".

Esta proposta está em estudos na comissão interministerial — formada por técnicos dos Ministérios da Fazenda, Seplan e Administração — que elabora a minirreforma administrativa do Governo. Para isso, contudo, será preciso reformular alguns procedimentos adotados atualmente, principalmente na área monetária que recebe recursos vindo do orçamento

fiscal como forma de pensar as dificuldades de execução das tarefas desenvolvidas nos setores considerados prioritários, como o agrícola e o de exportação.

A proposta da comissão que será levada ao exame do presidente José Sarney, divide o Orçamento do Setor Público Federal em três módulos: fiscal, empresarial e de fundos e programas de crédito. O módulo fiscal compreenderia a administração direta, as autarquias federais e as fundações. Já o módulo empresarial abrangeria as empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam na prestação de serviços ou produção de bens, enquanto que o módulo dos fundos e programas de crédito se limitaria às entidades de empréstimo e financiamento com taxas de juros subsidiadas.

De acordo com fontes do Governo, a implantação deste novo modelo orçamentário acarretará uma revisão em todos os órgãos governamentais com o objetivo de estabelecer a especificidade de cada uma

deles. Só assim, o Governo poderá acabar com empresas públicas "que por suas características, melhor ficariam se fossem autarquias ou fundações e, como tais, integrantes do módulo fiscal".

CONGRESSO

O Orçamento do Setor Público Federal abrangeria a totalidade das receitas e despesas do Governo que seriam submetidas ao Congresso Nacional. No entanto, a comissão interministerial estabelece graus diferenciados de interferência dos parlamentares na análise do novo orçamento do Governo, em função da natureza do órgão.

Assim, o orçamento da administração direta teria um detalhamento mais aberto do que o orçamento das entidades da administração indireta que recebiam ou administrem recursos do Tesouro Nacional. Por sua vez, o orçamento das empresas públicas seria mais detalhado do que o referente aos organismos que não recebam ou administrem recursos do Tesouro.